



5118

Tradio Companhia de Seguros

CNPJ: 33.041.062/0001-09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

31/12/2023



Tradio Companhia de Seguros

CONTEÚDO:

- 1) RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO;
- 2) BALANÇOS PATRIMONIAIS;
- 3) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS;
- 4) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES;
- 5) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS;
- 6) DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA;
- 7) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;
- 8) COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E IDENTIFICAÇÃO DO ATUÁRIO E DO CONTADOR;
- 9) PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES; e
- 10) RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.
- 11) COMPROVANTE DE ENVIO NA CENTRAL DE BALANÇOS SPED

TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ/MF nº 33.041.062/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Traditio Companhia de Seguros ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, emitida em 12/11/2021, e alterações posteriores.

1. Principais informações financeiras

R\$ milhões	2023	2022	Δ
Sinistros ocorridos	-2,3	-2,0	-13,0%
Outras receitas e despesas operacionais	-20,6	-1,9	-971,8%
Despesas administrativas	-45,9	-54,5	15,7%
Resultado financeiro	64,5	74,7	-13,6%
Resultado patrimonial	333,7	249,5	33,7%
Resultado antes dos impostos e participações	332,0	249,2	33,2%
Lucro líquido	348,2	70,3	395,1%

2. Comentário sobre o desempenho

Em 2023, o resultado patrimonial, que acompanha os valores referentes à participação societária que a Companhia possui na Sul América Companhia de Seguro Saúde ("CIA SAÚDE") e cujos detalhes estão disponíveis na Nota Explicativa 9 – Participações Societárias, avançou 33,7% em relação ao ano anterior, para R\$333,7 milhões, acompanhando o maior resultado operacional da CIA SAÚDE. O resultado financeiro alcançou R\$64,5 milhões no ano, redução de 13,6% em relação ao ano anterior. O lucro líquido foi de R\$348,2 milhões no exercício de 2023, influenciado principalmente pela melhora no resultado patrimonial.

3. Reorganizações societárias

A Companhia não passou por reorganizações societárias no exercício de 2023.

4. Investimentos

Em 31/12/2023, a Companhia mantinha investimento direto na CIA SAÚDE no montante de R\$4.769,1 milhões.

5. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento"

A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

6. Distribuição do resultado

R\$ milhões	2023	2022
Lucro antes dos impostos e participações	332,0	249,2
(-) Impostos e contribuições	16,5	-178,7
(-) Participações	-0,3	-0,1
Lucro líquido do exercício	348,2	70,3
(-) Constituição da reserva legal (5%)	-17,4	-3,5
Lucro líquido ajustado	330,8	66,8
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado (a)	82,7	16,7
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios (b)	32,5	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios (b)	15,3	16,7
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	-	40,1
Bruto	18,0	66,8
Imposto de renda	-2,7	-10,0
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos (c) = (a) – (b)	34,9	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	245,4	-

7. Acordo de acionistas

A Companhia não é parte de acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024.

A ADMINISTRAÇÃO.

Tradição Companhia de Seguros

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante	-	279.681	177.764
Disponível	-	6.359	5.661
Caixa e bancos	-	6.359	5.661
Aplicações	5.1	70.953	28.802
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	29	721
Operações com resseguradoras	-	29	721
Outros créditos operacionais	6	146.304	105.473
Ativos de resseguro e retrocessão	7.1	5.793	6.289
Títulos e créditos a receber	-	49.784	30.269
Títulos e créditos a receber	-	15.230	12.607
Créditos tributários e previdenciários	8.1	33.766	16.823
Outros créditos	14.1	788	839
Despesas antecipadas	-	459	549
Ativo não circulante	-	7.106.548	7.012.127
Realizável a longo prazo	-	2.336.368	2.588.490
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	47	34
Operações com resseguradoras	-	47	34
Outros créditos operacionais	6	1.594.155	1.601.272
Ativos de resseguro e retrocessão	7.1	1.185	1.048
Títulos e créditos a receber	-	740.980	986.044
Créditos tributários e previdenciários	8.1	180.552	163.334
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	539.405	800.992
Outros créditos operacionais	14.1	21.023	21.718
Outros valores e bens	-	1	92
Investimentos	-	4.770.173	4.423.637
Participações societárias	9	4.769.095	4.422.526
Imóveis destinados a renda	-	655	655
Outros investimentos	-	423	456
Imobilizado	-	7	-
Outras imobilizações	-	7	-
Total do ativo		7.386.229	7.189.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tradição Companhia de Seguros

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022 (Reclassificado)
Passivo			
Passivo circulante	-	112.222	92.455
Contas a pagar	-	69.517	56.094
Obrigações a pagar	10.1	39.436	3.774
Impostos e encargos sociais a recolher	-	2.925	2.769
Encargos trabalhistas	-	330	328
Impostos e contribuições	-	-	14.193
Outras contas a pagar	10.2	26.826	35.030
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	11.499	12.366
Operações com seguradoras	-	11.102	12.046
Operações com resseguradoras	-	397	320
Depósitos de terceiros	11	8.995	2.970
Provisões técnicas - seguros	-	11.558	14.226
Danos	12.1	11.558	14.226
Outros débitos	-	10.653	6.799
Provisões judiciais	15.2	10.651	6.719
Débitos diversos	-	2	80
Passivo não circulante	-	392.067	567.172
Contas a pagar	-	293.425	293.839
Obrigações a pagar	10.1	289.073	289.837
Outras contas a pagar	10.2	4.352	4.002
Provisões técnicas - seguros	-	11.833	12.191
Danos	12.1	11.833	12.191
Outros débitos	-	86.809	261.124
Provisões judiciais	15.2	86.809	261.124
Débitos diversos	-	-	18
Patrimônio líquido	-	6.881.940	6.530.264
Capital social	16.1	4.193.162	3.952.701
Aumento de capital em aprovação	-	11.943	216.761
Reservas de capital	-	(88.015)	(87.347)
Reservas de lucros	-	2.803.609	2.540.806
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(38.759)	(92.657)
Total do passivo		7.386.229	7.189.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Traditio Companhia de Seguros

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Sinistros ocorridos		(2.292)	(2.028)
Outras receitas e despesas operacionais	17.1	(20.622)	(1.924)
Resultado com operações de resseguro	-	120	705
Receita com resseguro	-	230	1.643
Despesa com resseguro	-	(118)	(934)
(+/-) Outros resultados com resseguro	-	8	(4)
Despesas administrativas	17.2	(45.932)	(54.497)
Despesas com tributos	17.3	2.278	(17.363)
Resultado financeiro	17.4	64.529	74.722
Resultado patrimonial	9	333.684	249.541
Resultado operacional	-	331.765	249.156
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	219	-
Resultado antes dos impostos e participações	-	331.984	249.156
Imposto de renda	17.5	12.003	(115.138)
Contribuição social	17.5	4.542	(63.572)
Participações sobre o resultado	-	(328)	(113)
Lucro líquido do exercício		348.201	70.333
Quantidade de ações		583	580
Lucro líquido do exercício por ação		597,26	121,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Traditio Companhia de Seguros

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Lucro líquido do exercício		348.201	70.333
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	18	(1)	966
Efeitos fiscais	18		(386)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Perdas não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	18	(2)	(45)
Efeitos fiscais	18	1	18
Perdas de variação de participação acionária	9	(809)	(2.381)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	54.709	3.265
Componentes do resultado abrangente		53.898	1.437
Resultado abrangente do exercício		402.099	71.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Traditio Companhia de Seguros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	3.815.410	137.291	(44.455)	79.283	2.808.632	2.887.915	(94.094)	-	6.702.067
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 662 aprovada no dia 24/03/2022.	57.184	(57.184)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 683 aprovada no dia 01/04/2022.	80.107	(80.107)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital através de JCP, no montante de R\$216.761, conforme AGE do dia 27/12/2022, à razão de R\$12.042.297,90 por ação.	-	216.761	-	-	-	-	-	-	216.761
Transação de capital	-	-	(42.892)	-	-	-	-	-	(42.892)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	1.437	-	1.437
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	70.333	70.333
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	-	-	-	3.517	-	3.517	-	(3.517)	-
Dividendos intermediários pagos, sendo R\$195.272,42 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 24/10/2022.	-	-	-	-	(109.742)	(109.742)	-	-	(109.742)
Dividendos intermediários pagos, sendo R\$70.640,57 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 04/11/2022.	-	-	-	-	(39.700)	(39.700)	-	-	(39.700)
JCP deliberado, conforme ata do dia 22/12/2022 no montante de R\$268.000 à razão de R\$476.868,33 (em reais) por ação.	-	-	-	-	(201.184)	(201.184)	-	(66.816)	(268.000)
Saldos em 31/12/2022	3.952.701	216.761	(87.347)	82.800	2.458.006	2.540.806	(92.657)	-	6.530.264
Saldos em 01/01/2023	3.952.701	216.761	(87.347)	82.800	2.458.006	2.540.806	(92.657)	-	6.530.264
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 1.343 aprovada no dia 15/03/2023.	216.761	(216.761)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital através de Dividendos, no montante de R\$23.700, conforme AGE do dia 31/10/2023, à razão de R\$11.849.902,71 por ação.	-	23.700	-	-	-	-	-	-	23.700
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 1.836 aprovada no dia 14/12/2023.	23.700	(23.700)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital através de JCP, no montante de R\$11.173, conforme AGE do dia 22/12/2023, à razão de R\$1.943.259,37 por ação.	-	11.173	-	-	-	-	-	-	11.173
Aumento de capital, no montante de R\$790, conforme AGE do dia 22/12/2023, à razão de R\$1.943.259,37 por ação.	-	770	-	-	-	-	-	-	770
Transação de capital	-	-	(668)	-	-	-	-	-	(668)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	53.898	-	53.898
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	348.201	348.201
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	-	-	-	17.410	-	17.410	-	(17.410)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(34.902)	(34.902)
Dividendos obrigatórios intermediários, sendo R\$56.027,93 (em reais) por ação, conforme ARD do dia 31/10/2023	-	-	-	-	-	-	-	(32.496)	(32.496)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$30.927,83 (em reais) por ação, conforme RCA aprovados em 22/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Reserva estatutária	-	-	-	-	245.393	245.393	-	(245.393)	-
Saldos em 31/12/2023	4.193.162	11.943	(88.015)	100.210	2.703.399	2.803.609	(38.759)	-	6.881.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Traditio Companhia de Seguros

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

Descrição	2023	2022 (Reclassificado)
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	348.201	70.333
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	76	142
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	8.563	4.151
Resultado de equivalência patrimonial	(333.710)	(249.533)
Outros ajustes	(24.711)	58.407
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(42.153)	126.208
Créditos das operações de seguros e resseguros	679	(4.697)
Ativos de resseguro	359	309
Créditos fiscais e previdenciários	(25.501)	176.086
Depósitos judiciais e fiscais	112.516	(64.760)
Despesas antecipadas	90	33
Outros ativos	(20.578)	(31.229)
Outras contas a pagar	(7.759)	(30.865)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(867)	(2.973)
Depósitos de terceiros	6.025	(2.134)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(3.026)	(606)
Provisões judiciais	(5.258)	(4.677)
Outros passivos	(95)	309
Caixa gerado pelas operações	12.851	44.504
Juros pagos	(3)	15
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	106.798	123.904
Impostos sobre o lucro pagos	(16.713)	(7.469)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	102.933	160.954
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(90.000)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(90.000)	-
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	770	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(12.924)	(160.482)
Outros	(81)	(182)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(12.235)	(160.664)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	698	290
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.661	5.371
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.359	5.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Traditio Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua do Passeio, nº 42, 6º pavimento, Centro, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos e de pessoas e que tem como acionista principal a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or"), sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede no Estado de São Paulo e que detém 73,02% de participação direta e 26,98% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. ("SAEPAR").

A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgará, em 26/03/2024, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade com o art. 110, § 1º da Circular SUSEP nº 648, de 12/11/2021, que permite as supervisionadas que se enquadrem como companhia fechada com receita bruta anual de até R\$ 78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Este artigo da Circular SUSEP nº 648 está aderente ao artigo nº 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº182/2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648 e alterações posteriores, emitida em 12/11/2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 28/02/2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros diretamente alocáveis individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE*).

3.1.2. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses a contar da data-base das demonstrações financeiras são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras;
- Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado

Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

3.2.2. Disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. Mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

3.2.4. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado.

3.4. Participações societárias

Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações:

- As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e
- O ágio na aquisição de ações de controlada de não controladores (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido.

3.5. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício.

Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2023 e 2022, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios.

3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos a serem registrados em contas de ativo desta entidade legal está escorado em estudos de rentabilidade futura, aprovados e validados por parte da Administração da Companhia para um horizonte compreendido dentro de um interstício temporal de 5 anos. Os créditos tributários para os quais, segundo a avaliação da Administração da Companhia, não comportam realização dentro do interstício temporal, abrangido pelo referido estudo, serão acompanhados de provisão para perdas em sua integralidade.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.7. Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros

As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir:

3.7.1 Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Processos administrativos

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras.

Processos judiciais

A PSL relacionada a processos judiciais é estimada e contabilizada com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a PSL leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022), baseado no histórico de pagamentos de juros observados.

As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizados na rubrica “Provisões técnicas - seguros”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

3.7.2. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)

Processos judiciais

A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 semestres, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia.

Para o ramo de Danos a provisão de IBNR Judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de *run-off*, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro.

3.7.3. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE).

3.8. Teste de Adequação de Passivos (*Liability Adequacy Test – LAT*)

A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro.

Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SH/SFH), uma vez que para tais contratos não há risco de seguro assumido pela Companhia.

As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco prefixada.

O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas de PSL, IBNR e PDR na data-base.

Não foram evidenciadas insuficiências no teste de adequação, não havendo necessidade, portanto, de efetuar ajustes nas metodologias de cálculo das provisões citadas.

3.9. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

3.9.1. Cíveis e trabalhistas

No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável.

Caso o processo judicial cível seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos.

Todos os processos trabalhistas são classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo IPCA, com incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela SELIC, ou pelos índices IPCA-E, INPC ou TR, com incidência de juros 10,65% ao ano (10,58% em 2022). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC.

As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.9.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente conforme disposto pela Legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. Nestes termos, as provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil nas demonstrações financeiras. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de "Contas a pagar". Os valores relativos às demais obrigações presentes, em que seja provável a saída de recursos, estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente.

3.10. Benefício pós-emprego

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.11. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.12. Classificação dos contratos

O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11.

3.13. Ativos e passivos sem vencimento

A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para saldos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), na rubrica “Outros créditos operacionais”, a segregação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa de recebimento destes saldos, tomando como base para o reconhecimento no ativo circulante o montante de processos protocolados que atendem aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 448/2019 editada pelo CCFCVS, e que a Companhia tem a expectativa de recebimento em até doze meses. As provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica.

3.14. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 8);
- Outros créditos operacionais (nota 6);
- Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 12); e
- Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 15.2).

3.15. Normas emitidas e revisadas

3.15.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.

- Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (alterações ao IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e
- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (alterações ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2023.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2023 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial:

- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com a sua aprovação pendente por parte da SUSEP. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia; qualquer efeito dessa norma não afeta a Companhia diretamente, mas os efeitos de sua participação em certas controladas direta e indiretas; e
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante – Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP.

3.15.2. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

A Circular SUSEP nº 678/2022, que altera a Circular SUSEP nº 648/2021, foi emitida pela SUSEP em 10/10/2022, com início de vigência em 01/01/2024, recepciona o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e traz mudanças importantes no Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test – LAT), trazendo impactos na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), em virtude das mudanças.

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, substituiu as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e passou a vigorar para os períodos de divulgação anual iniciados em (ou após) 01/01/2018, sendo recepcionado pelo órgão regulador através da Circular SUSEP nº 678/2022, apenas a partir de 01/01/2024.

De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38, para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros com fluxos de caixa contratual formados exclusivamente por principal mais juros, tem a sua classificação vinculada aos objetivos dos modelos de negócios para a gestão desses ativos, conforme quadro a seguir:

Modelo de Negócios	Classificação	Reflexo
Recebimento de fluxos de caixa contratuais.	Mensurado subsequentemente a custo amortizado.	Juros conforme a curva do ativo resultado do exercício.
Recebimento de fluxos de caixa contratuais ou negociação.	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	Juros conforme a curva do ativo: resultado do exercício. Diferença entre o valor justo e o preço do ativo na curva: patrimônio líquido.
Nenhum dos anteriores.	Valor justo por meio do resultado.	Variações no valor justo diretamente do resultado do exercício.

A recepção pela SUSEP, do CPC 48 através da Circular SUSEP nº 678/2022, impactará a mensuração e a classificação dos ativos financeiros, em virtude da análise conjunta dos fluxos de caixa contratuais e o modelo de negócios para a gestão desses ativos e em função das novas regras de apuração da provisão de *impairment* de ativos financeiros baseada na perda de crédito esperada ao invés de perda incorrida, ressaltando que embora o CPC 48 não seja aplicável a recebíveis de seguro e resseguro, a SUSEP determinou a sua aplicação a tais recebíveis.

4. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente.

Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos e controles**

Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e

Monitoramento e reporte

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados através de relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio e ao Comitê de Auditoria, ou sempre que julgar necessário.

Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos.

O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. Tais resultados e monitoramentos são acompanhados periodicamente pelo Comitê de Auditoria.

O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

O processo de ERM compreende todas as categorias de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta.

4.1. Riscos de subscrição

O risco de inadequação de provisões técnicas constituídas, há exposição apenas para as oriundas da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos.

4.1.1. Risco de inadequação das provisões técnicas

A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais.

Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar:

- Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e
- Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas.

A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores.

A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

• Administrativo

	R\$ milhões									
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Provisão de sinistros contabilizada	724,84	548,03	466,67	417,25	380,06	379,25	6,18	6,61	6,22	5,74
Efeito do desconto financeiro	(18,50)	(7,72)	(6,93)	(6,28)	(4,82)	(4,27)	-	-	-	-
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	383,52	6,18	6,61	6,22	5,74
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	383,52	6,18	6,61	6,22	5,74
Um ano depois	669,58	574,08	457,57	377,06	363,19	403,21	6,61	6,22	5,74	-
Dois anos depois	705,52	572,67	434,98	368,43	359,84	403,65	6,22	5,74	-	-
Três anos depois	719,68	559,61	421,87	366,49	360,27	403,25	5,74	-	-	-
Quatro anos depois	714,95	553,09	420,01	366,92	359,88	402,77	-	-	-	-
Cinco anos depois	711,17	551,20	420,44	366,53	359,40	-	-	-	-	-
Seis anos depois	710,24	551,63	420,04	366,05	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	710,67	551,23	419,57	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	710,28	550,75	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	709,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2023	709,80	550,75	419,57	366,05	359,40	402,77	5,74	5,74	5,74	5,74
Pagamentos já realizados até 31/12/2023	704,05	542,61	405,66	342,24	322,96	175,97	-	-	-	-
Operações transferidas em cisão parcial (a)	(0,01)	(2,40)	(8,17)	(18,07)	(30,70)	(221,06)	-	-	-	-
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2023	5,74									

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares em 31/03/2020.

A evolução de sinistros administrativos não considera valores de retrocessão que, em 31/12/2023, é de R\$4,5 milhões (R\$6,6 milhões em 2022). Este item não é segregado por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela anterior.

- **Judicial**

Ano	R\$ milhões									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Provisão de sinistros contabilizada	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81	10,80	12,64	12,08
Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81	10,80	12,64	12,08
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81	10,80	12,64	12,08
Um ano depois	408,79	254,30	245,15	292,70	313,62	265,06	12,12	13,07	14,07	-
Dois anos depois	480,59	285,93	310,11	325,72	318,56	266,14	14,78	14,50	-	-
Três anos depois	507,43	336,36	341,33	330,52	319,61	274,50	16,21	-	-	-
Quatro anos depois	559,39	360,30	346,00	331,31	327,94	276,35	-	-	-	-
Cinco anos depois	591,27	364,30	347,17	339,76	329,74	-	-	-	-	-
Seis anos depois	593,50	365,04	355,57	341,48	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	594,15	373,28	357,46	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	602,16	374,99	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	603,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros judiciais acumulada até 31/12/2023	603,80	374,99	357,46	341,48	329,74	276,35	16,21	14,50	14,07	12,08
Pagamentos já realizados até 31/12/2023	316,46	243,64	198,61	149,00	95,94	6,27	4,13	2,42	1,99	-
Operações transferidas em cisão parcial (a) (b)	(275,29)	(119,30)	(146,80)	(180,43)	(221,75)	(258,00)	-	-	-	-
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2023	12,05	12,05	12,05	12,05	12,05	12,08	12,08	12,08	12,08	12,08

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares em 31/03/2020; e

(b) O valor da cisão parcial referente à operação da venda da carteira para a Allianz é de R\$260,4 milhões, na data-base 31/01/2020.

A evolução de sinistros judiciais representa os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2023, R\$1,0 milhão (R\$1,0 milhão em 2022) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras.

4.2. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (*Asset and Liability Management*), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Investimentos.

A área de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o *VaR (Value at Risk)* e realizados Testes de Estresse (*Stress Tests*) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido. Os limites de *VaR* e do Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de *VaR* e Teste de Estresse podem ser observados na nota 5.3.

A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2023 e 2022:

Alocação dos investimentos por indexador

Indexador	2023	2022
SELIC/CDI	66.251	23.210
Outros	1.745	2.487
Total	67.996	25.697

4.2.1. Risco de liquidez

Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos.

A Política de Investimentos da Companhia prevê e descreve montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios.

São realizadas projeções do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle sobre o risco de liquidez.

As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2023 e 2022.

Descrição	2023						Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos			
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	67.996	-	-	-	-	-	67.996	67.996	67.996
Valor justo por meio do resultado	67.996	-	-	-	-	-	67.996	67.996	67.996
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	3.508	-	-	-	-	3.508	-	3.508
Seguros e resseguros									
Provisões técnicas	-	5.765	85	547	3.708	6.308	-	-	16.413
Ativos de resseguros	-	5.793	9	61	413	702	-	-	6.978
Passivos									
Seguros	-	11.558	94	608	4.121	7.010	-	-	23.391

Descrição	2022									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	24.990	-	705	-	-	-	25.695	25.697	2	25.697
Valor justo por meio do resultado	24.990	-	-	-	-	-	24.990	24.990	-	24.990
Disponível para venda	-	-	705	-	-	-	705	707	2	707
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	3.104	13.085	-	-	-	16.189	-	-	16.189
Seguros e resseguros										
Provisões técnicas	-	7.937	355	1.539	4.379	4.870	-	-	-	19.080
Ativos de resseguros	-	6.289	33	145	412	458	-	-	-	7.337
Passivos										
Seguros	-	14.226	388	1.684	4.791	5.328	-	-	-	26.417

A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda possuem liquidez imediata, apesar de a distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas.

4.3. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado.

Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados da Companhia caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados.

4.3.1. Alocação dos investimentos

A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando 97,43% em 31/12/2023 (90,32% em 2022) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado.

Descrição	2023	2022
Renda fixa pública "risco soberano"	66.251	23.210
Outros	1.745	2.487
Total	67.996	25.697

4.3.2. Contratos de resseguro

Ramos	2023	2022
Massificados	910	892
Patrimonial demais ramos	6.144	7.200
Total	7.054	8.092

Classe	Categoria de risco	2023		2022	
		Exposição	%	Exposição	%
Local	Nível 2	6.656	94,35%	7.704	95,21%
Local	Nível 3	45	0,64%	65	0,80%
Admitida	Nível 1	107	1,52%	76	0,94%
Admitida	Nível 2	192	2,72%	201	2,48%
Eventual	Nível 2	54	0,77%	46	0,57%
Total		7.054	100,00%	8.092	100,00%

A Companhia não possui contratos de resseguro vigentes. Os valores apresentados no exercício atual referem-se a exposições com sinistros de operações que não estão mais ativas.

Em 31/12/2023, adicionalmente aos valores informados na tabela anterior, há R\$81.157 (R\$ 73.434 em 2022) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito "possível" destas ações judiciais, não foram contabilizados conforme orientação normativa.

4.4. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles, testes de aderência dos controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco.

O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto.

Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia.

Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo.

4.5. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.5.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago caso a causa fosse perdida (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento.

A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.1.1.

4.5.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.6. Gestão de capital

A Companhia apura mensalmente, a suficiência do PLA em relação ao capital regulatório requerido. Nas datas bases de 31/12/2023 e 2022, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores.

Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores.

A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no exercício.

Descrição	2023	2022
Patrimônio líquido contábil	6.881.940	6.530.264
Deduções:		
Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas	(4.769.095)	(4.422.526)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(459)	(549)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(11.764)	(10.647)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido (a)	(94.733)	(77.967)
Dedução dos imóveis urbanos e fundos de investimentos imobiliários com lastros em imóveis urbanos, considerando reavaliações, redução ao valor recuperável e depreciação, que excedam 14% do ativo total ajustado (a)	(655)	(655)
PLA NÍVEL 1	2.005.234	2.017.920
Valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" do inciso I, art. 56 da RN 432	30.037	30.010
Valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "f" do inciso I, art. 56 da RN 432	655	655
PLA NÍVEL 3	30.692	30.665
AJUSTE DO EXCESSO DE PLA DE NÍVEL 2 E PLA DE NÍVEL 3	(655)	(655)
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	2.035.271	2.047.930
Capital base (b)	15.000	15.000
Capital de risco (c)	200.246	200.070
Capital de risco de subscrição (d)	1.406	934
Capital de risco operacional (e)	96	108
Capital de risco de crédito (f)	179.924	179.668
Capital de risco de mercado (g)	52.072	52.696
CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)	200.246	200.070
Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h)	1.835.025	1.847.860
Suficiência de capital - % (j) = (i) / (h)	916,39%	923,61%

(a) As deduções dos ativos serão realizadas pelo valor integral dos seus respectivos saldos contábeis para fins de apuração do PLA de nível 1, desconsiderando os limites previstos nas alíneas "d" e "f" do inciso I, art. 56 da RN 432.

5. Aplicações

5.1. Composição das aplicações

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	
Títulos de renda variável	-	-	-	-	-
Ações	-	-	16	16	16
Valor recuperável	-	-	(16)	(16)	(16)
Cotas de fundos de investimentos	67.996	67.996	-	-	67.996
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	67.996	67.996	-	-	67.996
Subtotal	67.996	67.996	-	-	67.996
Percentual total contábil		100,00%			100,00%
Outras aplicações					2.957
Total					70.953
Circulante					70.953

2022

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	705	707		707
Letras financeiras do tesouro	-	-	705	707	SELIC	707
Títulos de renda variável	-	-	-	-		-
Ações	-	-	-	19		19
Valor recuperável	-	-	-	(19)		(19)
Cotas de fundos de investimentos	24.990	24.990	-	-		24.990
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	24.990	24.990	-	-		24.990
Subtotal	24.990	24.990	705	707		25.697
Percentual total contábil		97,25%		2,75%		100,00%
Outras aplicações						3.105
Total Circulante						28.802

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa.

5.2. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Disponível para venda	Total	
Saldo em 01/01/2022	110.763	41.044		151.807	
Aplicações	177.070	-		177.070	
Rendimentos resgate	(9.138)	(15.989)		(25.127)	
Principal resgate (a)	(262.368)	(28.633)		(291.001)	
Resultado financeiro	8.663	4.330		12.993	
Ajustes no patrimônio líquido	-	(45)		(45)	
Saldo em 31/12/2022	24.990	707		25.697	

(a) Em 2022, a Companhia transferiu capital para outras companhias do Grupo SulAmérica para cobertura de caixa.

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Disponível para venda	Total	
Saldo em 31/12/2022	24.990	707		25.697	
Aplicações	326.848	22.988		349.836	
Rendimentos resgate	(4.857)	(683)		(5.540)	
Principal resgate	(284.941)	(23.594)		(308.535)	
Resultado financeiro	5.956	584		6.540	
Ajustes no patrimônio líquido	-	(2)		(2)	
Saldo em 31/12/2023	67.996	-		67.996	

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

- A metodologia de *Value at Risk (VaR)* paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de *VaR* tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado *VaR* paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration*, nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição.

O cálculo do ganho ou perda esperados em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia *VaR* e da metodologia DV01 na Companhia para o período não foram materiais.

5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições.

Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 1:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) Nível 3:

Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 1**Títulos de renda variável:**

Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês;

Títulos de renda fixa - públicos:

Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e

Nível 2**Cotas de fundos de investimentos:**

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos.

A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição			2023
	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	-	67.996	67.996
Total	-	67.996	67.996

Descrição			2022
	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	-	24.990	24.990
Disponível para venda	707	-	707
Total	707	24.990	25.697

6. Outros créditos operacionais

Composto basicamente pelas operações abaixo:

Sistema Financeiro da Habitação

Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 01/01/2022	1.842.315
Adições	246.368
Baixas	(167.044)
Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2022	1.921.639
Saldo da Redução ao valor recuperável em 31/12/2022	(214.911)
Saldo final líquido da redução ao valor recuperável em 31/12/2022	1.706.728
Circulante	105.456
Não circulante	1.601.272

Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2022	1.921.639
Adições	266.755
Baixas	(224.461)
Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2023	1.963.933
Saldo da Redução ao valor recuperável em 31/12/2023	(223.474)
Saldo final líquido da redução ao valor recuperável em 31/12/2023	1.740.459
Circulante	146.304
Não circulante	1.594.155

Em 31/12/2023, existem processos judiciais relativos ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH) em que a Companhia é citada e que se encontram em andamento. Ditos processos podem originar desembolso de caixa futuro com o correspondente pedido de reembolso pela Companhia à Caixa Econômica Federal (CAIXA), administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Nos casos em que o processo judicial se encontra em fase de execução provisória, para evitar a antecipação do desembolso naqueles não transitados em julgado, a Companhia oferece para garantia do juízo apólices de seguro garantia. Em 31/12/2023, o montante total garantido por meio de seguro garantia é de R\$ 1.184.025 (R\$ 926.304 em 2022). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e desde 1967 passou a ser garantido pelo FCVS. As seguradoras são demandadas judicialmente no equivocado papel de representantes do FCVS, papel este de responsabilidade da CAIXA, administradora do referido Fundo. Em decorrência da defesa nas ações judiciais, em benefício do FCVS, é garantido às seguradoras, por serem partes ilegítimas nos processos, o direito de receberem o reembolso de todos os dispêndios incorridos. A Lei nº 12.409/2011, modificada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364 de 28/03/2014 determinam expressamente a responsabilidade do FCVS, através da sua administradora CAIXA, pelos processos judiciais que tenham fundamento na apólice pública do SH/SFH. Em setembro de 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a repercussão geral em recurso extraordinário interposto pela SulAmérica para analisar a competência da Justiça Federal nos julgamentos das ações desta natureza. Em junho de 2020 foi julgado o mérito do referido recurso, no qual foi dado provimento para consolidar o interesse da CAIXA, administradora do FCVS, nas demandas relacionadas ao SH/SFH e, por consequência, fixar a competência da Justiça Federal para processamento e julgamento das ações desta natureza. O referido recurso transitou em julgado em 17/06/2023. Atualmente o ressarcimento das seguradoras pelo FCVS, relativos aos pagamentos realizados em ações judiciais envolvendo o SH/SFH, é realizado de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CCFCVS nº 448/2019 e atualizado pela variação da TR entre a data do pagamento de cada despesa e a data do efetivo reembolso.

7. Ativos e passivos de resseguro

7.1. Ativos de resseguro e retrocessão

Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associados aos resseguradores.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros	
	2023	2022
Danos	6.978	7.337
Total	6.978	7.337
Circulante	5.793	6.289
Não circulante	1.185	1.048

7.1.1. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros

	Danos
Saldo em 01/01/2022	7.646
Adições/baixas	39
Atualização monetária / juros	(348)
Saldo em 31/12/2022	7.337
Circulante	6.289
Não circulante	1.048

	Danos
Saldo em 31/12/2022	7.337
Adições/baixas	(21)
Atualização monetária / juros	(338)
Saldo em 31/12/2023	6.978
Circulante	5.793
Não circulante	1.185

8. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

8.1. Créditos e débitos tributários

Descrição	2023	2022
Tributos a compensar / recuperar (nota 8.2)	121.284	103.840
Créditos tributários (nota 8.3)	106.499	88.614
Débitos tributários (nota 8.3)	(13.465)	(12.297)
Total	214.318	180.157
Circulante	33.766	16.823
Não circulante	180.552	163.334

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ e CSLL, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de indébitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por unanimidade, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ e CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou os benefícios econômicos acumulados desde a data do crédito provenientes da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, para a data de 31/12/2023 no valor de R\$57.777 (R\$44.723 em 2022). O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

8.2. Tributos a compensar / recuperar

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	43.012	56.772	4.903	(48.117)	56.570
Contribuição Social Sobre o Lucro – CSLL (a)	24.052	11.065	1.417	(187)	36.347
Programa de Integração Social - PIS	1.206	-	-	-	1.206
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.563	-	-	-	5.563
Outros	5.016	99	41	(1.002)	4.154
Total	78.849	67.936	6.361	(49.306)	103.840
Circulante					16.823
Não circulante					87.017

(a) Em maio de 2022, a Administração da Companhia, fundamentada em um histórico de sucesso representado por sucessivas manifestações positivas externadas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), procedeu reavaliação criteriosa do conteúdo dos seus projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico pendentes ainda de manifestações conclusivas MCTIC, objetivando avaliar o aproveitamento dos incentivos fiscais instituídos pela Lei do Bem. Esta reavaliação contou com a contratação de consultoria especializada que observou as probabilidades de elegibilidade destes mesmos projetos aos benefícios fiscais em questão, observando atentamente tanto as disposições estabelecidas na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, assim como os preceitos assinalados na Portaria MCTI nº 2.794, de 30 de junho de 2020, e teve como conclusão, posicionamento favorável ao enquadramento destes projetos dentro dos conceitos atualmente empregados pelo MCTI. Nestes termos, em consonância com as disposições consignadas nos comandos normativos, acima mencionados, combinada com estreita observação do regimento contábil aplicável a incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22), a Companhia efetuou o reconhecimento do benefício econômico provenientes da dedução dos incentivos fiscais, aqui em destaque, afetando o cálculo do Imposto de Renda Corporativo e a Base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido apurados nos anos calendarizados de 2018, 2019, 2020 e 2021, redundando em um benefício econômico da ordem de R\$ 20.929.

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	56.570	32.106	3.661	(30.816)	61.521
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	36.347	5.971	1.705	-	44.023
Programa de Integração Social - PIS	1.206	-	-	-	1.206
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.563	-	-	-	5.563
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	1.567	117	(1.684)	-
Outros (a)	4.154	1.641	3.176	-	8.971
Total	103.840	41.285	8.659	(32.500)	121.284
Circulante					33.766
Não circulante					87.518

(a) Montante de 4.804 de a adição e atualização da ação judicial de repetição de indébito nº 0039842-90.2015.4.02.5101, referente as multas de mora.

8.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários

As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos períodos.

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para perda em investimentos	695	-	-	695
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	183.069	19.055	(202.124)	-
Redução ao valor recuperável de créditos	84.366	1.660	(13.972)	72.054
Provisões	276	-	(32)	244
Participações nos lucros	20	-	(20)	-
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	5.340	623	(1.010)	4.953
Perda com ajuste a valor de mercado	-	2	-	2
Outros	136	53	(170)	19
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	273.902	21.393	(217.328)	77.967
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	10.263	384	-	10.647
Total dos créditos tributários	284.165	21.777	(217.328)	88.614
Atualizações de depósitos judiciais	(11.135)	(1.031)	-	(12.166)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(14)	(15)	30	1
Outros	(1.983)	1.851	-	(132)
Total dos débitos tributários	(13.132)	805	30	(12.297)

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para perda em investimentos	695	-	-	695
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	17.630	(4.344)	13.286
Redução ao valor recuperável de créditos	72.054	3.372	(8)	75.418
Provisões	244	10	-	254
Amortização direito de uso (IFRS 16)	-	96	-	96
Apropriação AVP (IFRS 16)	-	29	-	29
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	4.953	1	-	4.954
Perda com ajuste a valor de mercado	2	1	-	3
Outros	19	-	(19)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	77.967	21.139	(4.371)	94.735
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	10.647	1.117	-	11.764
Total dos créditos tributários	88.614	22.256	(4.371)	106.499
Atualizações de depósitos judiciais	(12.166)	(4.169)	2.993	(13.342)
Arrendamento (IFRS 16)	-	(166)	43	(123)
Ganho com ajuste a valor de mercado	1	(1)	-	-
Outros	(132)	(34)	166	-
Total dos débitos tributários	(12.297)	(4.370)	3.202	(13.465)

Em 31/12/2023, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2016	3.036	3.036
2017	1.606	79
2018	24.758	23.207
2023	1.865	-
Saldos a compensar	31.265	26.322

Em 31/12/2023, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2026	23%	28%
2027	26%	31%
2028	51%	41%
Total	100%	100%

Os valores apresentados no quadro abaixo são constituídos por créditos tributários não registrados contabilmente, integrados, mormente, por diferenças temporárias, para as quais, segundo a Administração da Companhia, não haveria perspectivas de realização, no curso do estudo de rentabilidade futura, abrangido pelos resultados fiscais a serem levantados para os próximos 5 anos.

Descrição	Base	Créditos tributários não reconhecidos
Diferenças temporárias - IRPJ	632.839	158.210
Diferenças temporárias - CSLL	348.368	52.255
Total	981.207	210.465

9. Participações societárias

Sul América Companhia de Seguro Saúde – CIA. SAÚDE

Saldo em 01/01/2022	4.361.371
Aumento de capital	20.000
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio	215.991
Juros sobre capital próprio a receber	(283.096)
Dividendos	(99.265)
Equivalência patrimonial (a) (b)	249.533
Perda de capital - variação de participação acionária	(3.078)
Ganho de capital - variação de participação acionária	697
Deságio em transação de capital (d)	(42.892)
Ajustes de avaliação patrimonial (c)	3.265
Reflexo - perda atuarial de benefício definido	1.886
Reflexo - perda de ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	1.379
Saldo em 31/12/2022	4.422.526
Aumento de capital	90.000
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio	133.599
Juros sobre capital próprio a receber	(157.174)
Dividendos	(106.798)
Equivalência patrimonial (a) (b)	333.710
Perda de capital - variação de participação acionária	(809)
Deságio em transação de capital	(668)
Ajustes de avaliação patrimonial (c)	54.709
Reflexo - perda atuarial de benefício definido	555
Reflexo - perda de ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	53.983
Ganho variação de participação acionária	171
Saldo em 31/12/2023	4.769.095

- (a) Em 31/12/2023, está registrada na rubrica "Resultado patrimonial" a equivalência patrimonial no montante de R\$ 333.710 (R\$ 249.533 em 2022) que contempla também R\$ 26 (R\$ 8 em 2022) de outras despesas patrimoniais, líquidas de outras receitas patrimoniais;
- (b) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de sua investida CIA SAÚDE, provenientes da equalização com as práticas contábeis da SUSEP não adotadas pelo órgão regulador da investida;
- (c) Referem-se a valores da controlada, que afetam a controladora por reflexo, no momento do reconhecimento por equivalência patrimonial. São compostos por (1) ganhos e/ou perdas não realizados dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, que afetam o patrimônio líquido das controladas; e (2) ganhos e/ou perdas atuariais referentes aos planos de benefício definido dos membros da administração das controladas, registrados de acordo com o que preconiza o CPC 33 – Benefícios a empregados.
- (d) Refere-se a mudança de participação da sua investida CIA SAÚDE na Sul América Investimentos distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI).

Descrição	2023	
	Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE	Total
Ativo	18.092.098	
Passivo	9.048.829	
Patrimônio líquido	9.043.269	
Receita líquida (a)	27.400.944	
Lucro líquido do exercício	634.175	
Percentual de participação (%)	52,74%	
Valor contábil do investimento	4.769.095	4.769.095
Quantidade de ações ordinárias	50.373.499	
Quantidade de ações preferenciais	16.527.703	

(a) As receitas referem-se as receitas oriundas da operação deduzidas de suas despesas de vendas, acrescidas das receitas patrimoniais e financeiras.

Descrição	2022	
	Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE	Total
Ativo	15.193.513	-
Passivo	6.825.153	
Patrimônio líquido	8.368.360	
Receita líquida (a)	23.049.928	
Lucro líquido do exercício	448.272	
Percentual de participação (%)	52,85%	
Valor contábil do investimento	4.422.526	4.422.526
Quantidade de ações ordinárias	48.030.740	
Quantidade de ações preferenciais	15.684.188	

(a) As receitas referem-se as receitas oriundas da operação deduzidas de suas despesas de vendas, acrescidas das receitas patrimoniais e financeiras.

10. Contas a pagar

10.1. Obrigações a pagar

Descrição	2023	2022
Obrigações fiscais (vide nota 15.2)	289.073	276.752
Refinanciamento fiscal - REFIS (a)	3.508	16.189
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	34.902	-
Participações no Lucro	328	-
Demais	698	670
Total	328.509	293.611
Circulante	39.436	3.774
Não circulante	289.073	289.837

(a) Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao Refinanciamento Fiscal (REFIS) cujo prazo foi reaberto pela Lei nº 12.865/2013, e parcelou valores devidos relativos à CSLL e INSS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluídas no REFIS, foi de R\$27.498 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais). A Companhia realizou o pagamento da última parcela relativa aos valores devidos de CSLL em 29/04/2016 e aguarda a conversão em renda dos depósitos relativos às ações previdenciárias. Em 31/12/2023, as obrigações correspondem a R\$3.508 (R\$ 3.104 em 2022) no passivo circulante e R\$13.085 em 2022 no passivo não circulante.

10.2. Outras contas a pagar

Descrição	2023	2022
Contas a pagar fornecedores	650	889
Compromissos mobiliários a pagar	-	220
Honorários advocatícios	11.438	19.943
SFH - FESA/FCVS (a)	16.619	13.684
Outros	2.471	4.296
Total	31.178	39.032
Circulante	26.826	35.030
Não circulante	4.352	4.002

(a) O provisionamento do SFH ocorreu para casos em que o reembolso foi pago pela CEF e, após decisão judicial favorável, se fez necessária a devolução.

11. Depósitos de terceiros

Descrição	2023
De 01 a 30 dias	237
De 31 a 60 dias	6.471
De 61 a 120 dias	722
De 121 a 180 dias	493
De 181 a 365 dias	1.072
Total	8.995

Descrição	2022 (Reclassificado) (a)
	Total
De 01 a 30 dias	398
De 31 a 60 dias	140
De 61 a 120 dias	299
De 121 a 180 dias	697
De 181 a 365 dias	1.436
Total	2.970

(a) A Companhia efetuou a análise de suas contas transitórias e identificou a necessidade de reclassificar algumas delas para depósitos de terceiros, em função de sua natureza.

12. Provisões técnicas de seguros

12.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros

Danos

		Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR
Saldo em 01/01/2022		27.016
Pagamentos/ baixas / cancelamentos		(2.877)
Avisados / alterações		1.455
Atualização monetária / juros		823
Saldo em 31/12/2022		26.417
Circulante		14.226
Não circulante		12.191

		Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR
Saldo em 31/12/2022		26.417
Pagamentos/ baixas / cancelamentos		(6.242)
Avisados/ alterações		2.354
Atualização monetária / juros		862
Saldo em 31/12/2023		23.391
Circulante		11.558
Não circulante		11.833

Em 31/12/2023 e 2022, a PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de Automóveis. Em 31/12/2023 e 2022, a posição de sinistros em disputa judicial era a seguinte:

Descrição	Danos 2023			Danos 2022		
	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 Anos	1	67	23	3	-	-
02 a 05 Anos	11	93	9	14	188	49
05 a 10 Anos	12	5.670	6.111	12	5.220	5.627
Mais de 10 anos	36	7.592	5.931	36	9.008	6.960
Total Danos	60	13.422	12.074	65	14.416	12.636

Em 31/12/2023, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$102.334 (R\$96.930 em 2022), com resseguro de R\$81.157 (R\$73.434 em 2022), que representa um valor residual de R\$21.178 (R\$23.496 em 2022).

12.2. Garantia das provisões técnicas

As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2023	2022
Provisões técnicas de seguros	23.391	26.417
Total das provisões técnicas	23.391	26.417
(-) Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.978	7.337
(-) Depósitos judiciais	500	615
(-) Depósitos especiais/ provisões retidas - IRB	2.956	3.105
Montante a ser garantido	12.957	15.360
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	66.251	22.504
Títulos de renda fixa - públicos	-	707
Total de ativos	66.251	23.211
Ativos vinculados em excesso	53.294	7.851

13. Partes relacionadas

13.1. Transações

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2023	2022	2023	2022
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (e)	Controlada	Traditio Companhia de Seguros	-	275	18	98
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (d)	Controlada indireta	Sul América Holding de Investimentos S.A.	6	3	-	1
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a) (d)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	2	-	1
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	94	19	-	136
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	37	-	18
Sul América Odontológico S.A. (a)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	2	-	-
Rio's Capitalização S.A. (a)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	-	-	4
Rede D'Or São Luiz S.A. (g)	Controladora direta	Outras	-	-	25.509	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (h)	Controladora direta	Rede D'Or São Luiz S.A.	-	-	9.399	-
Total			100	338	34.926	258

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2023	2022	2023	2022
Sul América Companhia de Seguro Saúde (e) (f)	Controlada	Traditio Companhia de Seguros	-	-	(3)	(14)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Holding de Investimentos S.A.	-	-	(6)	(42)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(7)	(51)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(40)	(64)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(12)	(190)
Total			-	-	(68)	(361)

- (a) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
(b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
(c) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
(d) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
(e) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo SulAmérica;
(f) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
(g) Valor referente a prestação de serviço das obras nas Unidades Call Center, Alameda, Assets e Sede Pinheiros pagas pela Rede D'Or; e
(h) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios.

Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia até 31/12/2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Descrição	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2023	2022	2023	2022
Sul América S.A. (Incorporada pela Rede D'Or, em 23/12/2022)	-	-	-	109.024
Rede D'Or São Luiz S.A.	-	-	-	9.639
Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	12.924	41.819
Sul América Companhia de Seguro Saúde	106.798	123.904	-	-
Total	106.798	123.904	12.924	160.482

13.2. Remuneração da Administração

Administração formada pelos membros da Diretoria estatutária da Companhia em 2023. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Despesas	Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego	Total
	2023	2022		
2023	(5)	-	-	(5)
2022 (a)	(19)	-	(431)	(450)

(a) Em 2022, a Companhia possuía Conselho de Administração.

14. Compromissos e ônus a liquidar

14.1. Outros créditos

Em 31/12/2023, o saldo de R\$21.811 (R\$22.557 em 2022), formado por R\$788 (R\$839 em 2022) da rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, e "Outros créditos operacionais" no ativo não circulante, cujo valor é R\$21.023 (R\$21.718 em 2022). Tal valor é composto basicamente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$21.396 (R\$21.793 em 2022).

14.2. Garantia das provisões técnicas

A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12.2.

14.3. Contratos de aluguel

Rio de Janeiro

Em 17/09/2018, a Companhia celebrou novo contrato de locação, do imóvel da sede da matriz no Rio de Janeiro, com prazo de 10 anos e início de vigência a partir de 18/04/2019. As partes acordaram, em aditivo contratual, a cessão dos direitos e obrigações da Companhia para a CIA. SAÚDE, tornando esta a nova locatária do contrato com data a partir de 01/11/2021. Para o primeiro ano, o aluguel foi pago em uma única parcela em 18/04/2020. A partir do segundo ano de vigência do contrato, as parcelas serão pagas mensalmente, sempre no dia 5 do mês subsequente. O contrato prevê reajuste anual pelo Índice Geral de Preço ao Mercado (IGP-M), porém, as partes acordaram que o contrato não sofrerá correção para o período de 2022 a 2023 e, além disso, houve uma redução proporcional do pagamento da cota a partir de julho de 2021 mediante a entrega de parte do espaço utilizado pela SulAmérica. O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e do locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará o pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. Considerando a concordância entre as partes em não dar continuidade ao contrato, as partes acordam que a resolução antecipada do contrato ocorreu em 03/07/2023.

15. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

Em 31/12/2023 e 2022, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

15.1. Depósitos judiciais

Descrição	2023	2022
Fiscais:		
COFINS	280.451	261.216
PIS (a)	144.550	224.978
IRPJ	2.136	2.025
Outros	38.875	35.933
Previdenciárias:		
INSS (b)	10.805	197.897
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	56.528	73.538
Ações cíveis	6.060	5.405
Total	539.405	800.992
Não circulante	539.405	800.992

(a) Em 02/08/2023, a Companhia obteve êxito nos Autos do processo nº 0005569-52.1996.4.02.5101/RJ, que discutia a ilegalidade da Contribuição ao PIS e promoveu o levantamento de depósitos judiciais realizados, no montante total de R\$91.375, não gerando efeito em contas de resultado, mas representando movimentação nas contas patrimoniais; e

(b) Variação devido à baixa das provisões contábeis e depósitos relativos à contribuição previdenciária sobre pagamentos aos prestadores corretores, no montante de R\$189.286, em razão da transformação dos depósitos judiciais em pagamento definitivo em favor da União (vide nota 15.4).

Os depósitos judiciais e fiscais são registrados no ativo não circulante, conforme a expectativa de realização.

15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Saldos em 01/01/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2022
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	8.053	514	520	(897)	8.190
Honorários	807	52	-	(39)	820
Trabalhistas	36.826	29.453	2.915	(7.895)	61.299
Outros	182	-	15	(84)	113
Subtotal	45.868	30.019	3.450	(8.915)	70.422
Tributárias: (a)					
PIS	117.375	-	6.280	-	123.655
COFINS	136.479	-	6.866	-	143.345
INSS	203.367	-	9.748	(15.693)	197.422
Honorários	9.745	553	392	(939)	9.751
Subtotal	466.966	553	23.286	(16.632)	474.173
Total	512.834	30.572	26.736	(25.547)	544.595
Circulante					6.719
Não circulante					537.876

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2023
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	8.190	1.105	760	(1.795)	8.260
Honorários	820	173	-	(167)	826
Trabalhistas	61.299	24.215	5.937	(13.361)	78.090
Outros	113	-	2	(115)	-
Subtotal	70.422	25.493	6.699	(15.438)	87.176
Tributárias: (a)					
PIS	123.655	-	6.891	(2.595)	127.951
COFINS	143.345	-	7.566	-	150.911
CSLL	-	1.486	-	(1.486)	-
IRPJ	-	5	-	(5)	-
INSS (b)	197.422	-	2.149	(189.286)	10.285
Honorários	9.751	3.473	856	(3.870)	10.210
Subtotal	474.173	4.964	17.462	(197.242)	299.357
Total	544.595	30.457	24.161	(212.680)	386.533
Circulante					10.651
Não circulante					375.882

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2023 são de R\$289.073 (R\$ 276.752 em 2022) registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 10.1);
(b) Variação devido à baixa das provisões contábeis e depósitos relativos à contribuição previdenciária sobre pagamentos aos prestadores corretores, no montante de R\$ 189.286, em razão da transformação dos depósitos judiciais em pagamento definitivo em favor da União (Vide nota 15.4).

15.3. Obrigações fiscais

As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2023 e 2022 são:

COFINS

A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas obtidas com prêmios emitidos, em decorrência da comercialização de apólices de seguros. Em 06/2018, o pleno do STF julgou o RE nº 578.846, em sede de repercussão geral, pelo qual foi reafirmada a constitucionalidade da exigência da alíquota majorada da COFINS devida por instituições financeiras e entidades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a probabilidade de perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. Os valores questionados no passado estavam sendo depositados judicialmente e provisionados e, atualmente, a Companhia está recolhendo a contribuição majorada em 1% incidente sobre as receitas da atividade.

A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da contribuição para a COFINS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo obtido decisão deferindo a liminar pleiteada. Em 11/2020 a Companhia obteve sentença desfavorável que suspendeu os efeitos da liminar. Em consequência disso, em 12/2020, a Companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$21.850.

Em 05/1999 a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o propósito de afastar a cobrança da COFINS que lhes foi imposta por meio da Lei nº 9.718/98, tendo a matéria sido equacionada, conforme decisão monocrática exarada pelo Ministro Cezar Peluso, transitada em julgado em 12/02/2007. De acordo com esta decisão, o mérito desta disputa tributária foi julgado parcialmente favorável a pretensão da Companhia.

Em 04/04/2009, dado o trânsito em julgado do Mandado de Segurança, foi conferido às autoras deste Mandado de Segurança a prerrogativa de levantar os depósitos correspondentes ao quinhão que foi a elas dado provimento. Em que pese os fatos anteriormente narrados, em 05/03/2020, o TRF inovou no sentido de exigir a restituição os valores anteriormente levantados, dispondo que se faz necessário apurar o montante passível de aproveitamento por parte das Autoras do Mandado de Segurança.

A Companhia foi intimada a efetuar depósito desconsiderando os rendimentos financeiros provenientes dos recursos livres. Estes depósitos ocorreram em 09/2021 no montante de R\$61.117. A Companhia protocolizou nos autos do processo petição comprovando o depósito e requerendo seu levantamento, visto que correspondem à COFINS sobre receitas financeiras, ou seja, créditos tributários extintos por decisão transitada em julgado, nos termos do art. nº 156, inciso X, do CTN.

PIS

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais (EC's) nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a expectativa de perda dos processos relativos às EC's nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade.

Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do STF assegurando à Companhia o direito de calcular e pagar o PIS, no período de 01/1996 a 06/1997, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado.

Em 2013, foi realizada a baixa do valor de R\$45.799 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Até 31/12/2023 não ocorreram alterações no status deste processo.

A Companhia obteve decisão transitada em julgado nos autos do processo 9701070780, assegurando o direito de calcular e pagar o PIS, no período de 07/1997 a 02/1998, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da EC 17/1997 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram. Com isso, reverteu a provisão relativa a esta parcela em 12/2019, no montante de R\$12.629 e aguarda o levantamento e a transformação em pagamento definitivo em favor da União dos depósitos judiciais realizados nos autos deste processo. As demais discussões sobre o tema permanecem aguardando decisão.

A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da Contribuição para o PIS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo obtido decisão deferindo a liminar pleiteada. Em 11/2020 a Companhia obteve sentença desfavorável que suspendeu os efeitos da liminar. Em consequência disso, em 12/2020, a Companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$3.551.

15.4. Provisões judiciais

A principal ação com provisão judicial em 31/12/2023 e 2022, é:

INSS

A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, art. 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até 05/2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores.

Em 06/2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão.

Em 06/2020, a Companhia obteve decisão desfavorável transitada em julgado em um de seus processos sobre a matéria e aguarda a transformação em pagamento definitivo a favor da União dos depósitos judiciais realizados nos autos desta ação.

Em 05/2022, com a transformação parcial do pagamento em definitivo a favor da União da disputa 9600082618, foi baixado o montante de R\$15.693.

No mês de 08/2020, o STF concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, no qual declarou a constitucionalidade do caput, do inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.876/1999, reconhecendo, consequentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros.

Em 03/2023, a Companhia realizou a baixa das provisões contábeis e depósitos relativos à contribuição previdenciária sobre pagamentos aos prestadores corretores, no montante de R\$189.286, em razão da transformação dos depósitos judiciais em pagamento definitivo em favor da União.

IRPJ

A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte da autora do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou benefício econômico proveniente da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, no valor global a que faz referência o item 8.1. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

CSLL

Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pela CSLL, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da Taxa Selic, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do Supremo Tribunal Federal, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações da CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte da autora do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou benefício econômico proveniente da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, no valor global a que faz referência o item 8.1. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

15.5. Contingências

Em 31/12/2023 e 2022, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2023	2022
Fiscais (a)	214.051	510.863
Cíveis	37.880	60.375
Trabalhistas	24.933	41.384
Total	276.864	612.622

(a) A parcela não provisionada, em 31/12/2023, no montante de R\$214.051 (R\$510.863 em 2022) é composta, principalmente, por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona: (i) a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A. nos anos calendários 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; e (iii) processos judiciais e administrativos relativos a discussões sobre PIS e COFINS. A redução nas causas cuja expectativa de perda é possível foi provocada, principalmente, pelo trânsito em julgado do RE nº 400.479, em que o Plenário do STF definiu que as seguradoras não devem sujeitar as suas receitas financeiras decorrentes da aplicação em investimentos compulsórios e reservas técnicas à contribuição ao PIS e COFINS, e, portanto, os consultores legais atribuíram probabilidade de perda remota.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31/12/2023 é de R\$4.205.105 (R\$3.952.701 em 2022), dividido em 301 ações ordinárias (301 ações em 2022) e 282 ações preferenciais (279 ações em 2022), totalizando 583 ações (580 ações em 2022), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Em 23/12/2022, a então acionista da Companhia, Sul América S.A. ("SASA"), foi incorporada pela Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or"), passando esta última a ser acionista da Companhia, na qualidade de sucessora da SASA.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2022, os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$216.761, com a emissão de 12 novas ações ordinárias e 6 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$12.042.297,90 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/11/2022. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas pelas Acionistas, mediante a utilização de parte do crédito relativo aos juros sobre capital próprio declarados na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22/12/2022, passando o capital social de R\$3.952.701 para R\$ 4.169.463. O ato societário tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.600.254/2023-32, sendo aprovado em 15 de março de 2023.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/10/2023, os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 23.700, com a emissão de 2 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 11.849.902,71 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/09/2023. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela Acionista Rede D'Or, mediante a utilização de parte do crédito relativo aos juros sobre capital próprio declarados na reunião da Diretoria da Companhia realizada em 31/10/2023, passando o capital social de R\$4.169.463 para R\$4.193.162. O ato societário está tramitando na SUSEP sob o nº de processo 15414.647231/2023-91.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/12/2023, os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 11.943, com a emissão de 1 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 11.943.259,37 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/11/2023. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela Acionista Rede D'Or, mediante aporte de recursos em moeda corrente nacional e parte mediante utilização do crédito relativo aos juros sobre capital próprio declarados na reunião da Diretoria da Companhia realizada em 22/12/2023, passando o capital social de R\$ 4.193.162 para R\$ 4.205.106. O ato societário está tramitando na SUSEP sob o nº de processo 15414.602213/2024-61.

16.2. Reserva de capital

A Reserva de Capital da Companhia em 31/12/2023 é de R\$88.015 (R\$87.347 em 2022). Esse saldo refere-se ao ágio apurado em transações de capital e na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém o controle.

16.3. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

16.4. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas.

16.5. Ajuste de avaliação patrimonial

A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária.

16.6. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.

Em 30/03/2022, os acionistas aprovaram na Assembleia Geral Ordinária realizada cumulativamente com a Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 53.196 e a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 159.587, aos quais foram imputados os juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 30/09/2021 e 20/12/2021 e parte dos dividendos intermediários declarados em 25/10/2021 e 27/10/2021.

Em 24/10/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 109.742, sendo R\$ 195.272,42 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, pagos aos acionistas em 25/10/2022.

Em 04/11/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 39.700, sendo R\$ 70.640,57 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, pagos aos acionistas em 04/11/2022.

Em 22/12/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 268.000, sendo R\$ 476.868,33 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data.

Em 30/03/2023, os acionistas aprovaram na Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 16.704 e a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 50.113, aos quais foram imputados os juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 22/12/2022.

Em 31/10/2023, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 32.496, sendo R\$ 56.027,93 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, pagos aos acionistas em 31/10/2023.

Em 22/12/2023, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 18.000, sendo R\$ 30.927 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data.

16.7. Distribuição do resultado

Descrição	2023	2022
Lucro antes dos impostos e participações	331.984	249.156
(-) Impostos e contribuições	16.545	(178.710)
(-) Participações	(328)	(113)
Lucro líquido do exercício	348.201	70.333
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(17.410)	(3.517)
Lucro líquido ajustado	330.791	66.816
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado (a)	82.698	16.704
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios (b)	32.496	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios (b)	15.300	16.704
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	-	40.089
Bruto	18.000	66.816
Imposto de renda	(2.700)	(10.023)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos (c) = (a) – (b)	34.902	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	245.393	-

17. Detalhamento das contas do resultado

17.1. Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	2023	2022
Receita / Despesas com operações de seguros	(6.550)	799
(Constituição) / reversão de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros	(5.509)	718
(Constituição) / reversão da provisão para riscos de crédito	(8.563)	(4.151)
Outras receitas operacionais	-	710
Total	(20.622)	(1.924)

17.2. Despesas administrativas

Descrição	2023	2022
Pessoal próprio	(16.907)	(33.736)
Serviço de terceiros	(26.213)	(15.825)
Localização e funcionamento	(1.930)	(2.812)
Outras despesas administrativas	(882)	(2.124)
Total	(45.932)	(54.497)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica “Pessoal próprio”, estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2023	2022
Remunerações	(2.713)	(2.273)
Encargos sociais	598	(765)
Indenizações e rescisões	(13.908)	(29.929)
Vale alimentação, refeição e transporte	(637)	(635)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(220)	(229)
Previdência privada	-	766
Outros benefícios	(21)	(33)
Total	(16.901)	(33.098)

17.3. Despesas com tributos

Descrição	2023	2022
COFINS	-	(11.344)
PIS (a)	2.595	(1.843)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(2.026)	(3.983)
Outros (b)	1.709	(193)
Total	2.278	(17.363)

- (a) Constituição de crédito no segundo semestre de 2023, no montante de R\$ 2.595, decorrente de reversão de provisão de PIS realizada no Processo nº 9600055696, PIS EC 10/96, encerrado com êxito.
- (b) Constituição de crédito no segundo semestre de 2023 em Outros no montante de R\$1.932, decorrente de decisão favorável à Companhia vinculado ao processo nº 0039842-90.2015.4.02.5101.

17.4. Resultado financeiro por categoria

Descrição	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	6.542	12.993
Valor justo por meio do resultado	5.957	8.663
Disponível para venda	585	4.330
Operações de seguros - outros	37.972	39.780
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	15.263	11.531
Atualização monetária de créditos tributários	5.366	6.321
Outros	(614)	4.097
Total	64.529	74.722

17.4.1 Receitas financeiras

Descrição	2023	2022
Valorização de cotas de fundos de investimentos	6.141	8.682
Títulos de renda fixa - privados	73	-
Títulos de renda fixa - públicos	579	4.327
Operações de seguros	39.473	41.385
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	40.215	47.439
Atualização monetária de créditos tributários	5.366	6.321
Outras	6.729	4.353
Total	98.576	112.507

17.4.2. Despesas financeiras

Descrição	2023	2022
Operações de seguros	(1.501)	(1.605)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(251)	(15)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(24.952)	(35.924)
Outras	(7.343)	(241)
Total	(34.047)	(37.785)

17.5. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2023 e 2022, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	331.984	331.984	249.156	249.156
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(82.966)	(49.798)	(62.289)	(39.865)
Alíquota nominal	25%	15%	25%	16%
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	(7.986)	(5.150)
Atualização de depósitos judiciais (decisão favorável)	(13.164)	(7.899)	(15)	(10)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	(2.102)	(1.261)	(1.038)	(664)
Despesas indedutíveis	(183)	(95)	(168)	(58)
Provisões não dedutíveis	(6)	(3)	-	-
Juros sobre capital próprio	(34.794)	(20.876)	(3.774)	(2.415)
Outras adições	(6)	(4)	(1.148)	(1.017)
Subtotal	(50.255)	(30.138)	(14.129)	(9.314)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	83.428	50.057	62.383	39.925
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	38.938	20.637	-	-
Reversão de provisões não dedutíveis	-	-	20	13
Atualização de depósitos judiciais	8.823	5.294	10.390	6.650
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	82	49	40	26
Apuração de indébito tributário	2.447	1.468	1.789	1.136
Benefício fiscal - Inovação tecnológica	485	307	10.158	8.689
Subtotal	134.203	77.812	84.780	56.439
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(466)	-	-	-
Compensações	-	426	-	-
Redução de incentivos fiscais	-	-	16	-
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente	486	(1.698)	8.378	7.260
Diferidos:				
Constituição / (reversão) - crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	1.769	391	246	138
Constituição / (reversão) - crédito tributário sobre diferenças temporárias	10.478	6.287	(124.274)	(71.277)
Constituição de débitos tributários	(730)	(438)	512	307
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	11.517	6.240	(123.516)	(70.832)
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social	12.003	4.542	(115.138)	(63.572)
Alíquota efetiva	-3,62%	-1,37%	46,21%	25,51%
Alíquota efetiva combinada		-4,99%		71,72%

18. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

Descrição	2023		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Total
Base de cálculo	(2)	(1)	(3)
Imposto de renda	1	-	1
Total	1	-	1
Líquido	(1)	(1)	(2)

Descrição	2022		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Total
Base de cálculo	(45)	966	921
Imposto de renda	11	(241)	(230)
Contribuição social	7	(145)	(138)
Total	18	(386)	(368)
Líquido	(27)	580	553

19. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento

Conforme descrito na nota 16.1, a Companhia aumentou seu capital social. Do total do aumento, R\$ 34.873 com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante a capitalização de juros sobre o capital próprio a pagar no montante de R\$ 11.173 e dividendos no montante de R\$ 23.700.

20. Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na instituição líder do grupo segurador Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Sulaseg"), nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021, tendo alcance sobre a Companhia.

Traditio Companhia de Seguros
CNPJ: 33.041.062/0001-09

Diretoria	Glauca Maria Ribeiro de Carvalho	Diretora
	Gustavo Kohn Giometti	Diretor
	Jonas Berbert Pulcheri	Diretor
	Leonardo Fraga Pacheco	Diretor
	Otávio da Garcia Lazcano	Diretor
	Rafael Pinto Fróes	Diretor
Contadora	Flavia Vieira Pereira	CRC RJ 094.933/O-3
Atuária	Cecília Avila de Paschoa Figueiredo	MIBA/MTPS/2163

Parecer dos atuários auditores independentes

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e suas alterações e conforme o CPA 002 do Instituto Brasileiro de Atuária em 31/12/2023

Referente à:

TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS

Emitido por:

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS

Parecer dos atuários auditores independentes

**Aos Acionistas e Administradores da
TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS
São Paulo - SP
CNPJ: 33.041.062/0591-70**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2023

<i>Provisões Técnicas</i>	<i>Em Milhares de R\$</i>
<i>Provisão de Sinistros a Liquidar</i>	22.115
<i>Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados</i>	178
<i>Provisão de Despesas Relacionadas</i>	1.098
<i>Provisão Complementar de Cobertura</i>	-
<i>Total de Provisões Técnicas</i>	23.391

<i>Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas</i>	<i>Em Milhares de R\$</i>
<i>Ativos de Resseguro Redutores de PSL</i>	6.863
<i>Ativos de Resseguro Redutores de IBNR</i>	7
<i>Ativos de Resseguro Redutores de PDR</i>	108
<i>Depósitos Judiciais Redutores</i>	500
<i>Provisões Retidas pelo IRB</i>	2.956
<i>Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas</i>	10.434

<i>Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido</i>	<i>Em Milhares de R\$</i>
<i>Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)</i>	2.037.889
<i>Capital Base (b)</i>	15.000
<i>Capital de Risco - Subscrição (c)</i>	1.406
<i>Capital de Risco - Crédito (d)</i>	179.924
<i>Capital de Risco - Operacional (e)</i>	96
<i>Capital de Risco - Mercado (f)</i>	52.072
<i>Ganho por Correlação dos Riscos (g)</i>	(32.892)
<i>Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f) +(g)</i>	200.246
<i>Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)</i>	200.246
<i>Suficiência do PLA (a) - (i)</i>	1.837.643

*A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Traditio Companhia de Seguros

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Traditio Companhia de Seguros (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Traditio Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização dos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, no montante total de R\$1.740.459 mil, líquido da provisão para perdas sobre os créditos a receber cujo saldo é de R\$223.474 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.

A Companhia vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos significativos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais, sendo atualizados pela taxa referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil. A mensuração da provisão para perdas sobre os referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas.

A avaliação das premissas e metodologia adotadas pela diretoria para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, foi considerada um dos principais assuntos de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e de toda complexidade e julgamento envolvidos na determinação do saldo da referida provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos controles internos chave relacionados à identificação dos créditos a receber do FCVS, bem como ao processo de mensuração da respectiva provisão para perdas; (ii) o entendimento e avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS; (iii) a avaliação e validação, com base em evidências de auditoria, da consistência da aplicação da metodologia utilizada na determinação da referida provisão; (iv) a inspeção, com base em amostragem, dos documentos suporte das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da integridade e exatidão das bases de dados utilizadas pela diretoria; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de controladas direta e indireta

As controladas da Companhia, direta e indireta, que se encontram apresentadas nas demonstrações financeiras como participações societárias e reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial no ativo não circulante, possuem saldos de provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, planos de saúde e planos de previdência constituídas em montantes expressivos em 31 de dezembro de 2023.

Além da relevância dos valores envolvidos, a estimativa do valor de determinadas provisões envolve julgamento profissional por parte da diretoria na definição da metodologia e premissas tais como: expectativa de longevidade, taxa de cancelamento, comportamento do participante na entrada em aposentadoria, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, provisão matemática de benefícios concedidos e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, planos de saúde e planos de previdência firmados pelas controladas da Companhia, direta e indireta; (ii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; e (iv) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC RJ-094644/O



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
33.041.062/0001-09	TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS	28/02/2024 22:46:18	757E565E3D677A02D63FE4B9933136C70C19AA11

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
Book - Traditio Dez.2023

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 22:46:18	Procurador	Certificado Digital



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
33.041.062/0001-09	TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS	28/02/2024 22:49:39	6E6EC8B65AEBD341090C18C93142B2831C6544B3

Relatório da Administração (RA)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2023	31/12/2023	-	Participante-Upload

Título
Relatório Administração Traditio_ Dez2023

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 22:49:39	Procurador	Certificado Digital



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
33.041.062/0001-09	TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS	28/02/2024 22:38:45	27C928323BFC6126868C64A49FBFF93DFBE01DD7

Balanco Patrimonial (BP)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
BP - Traditio 12_2023 - 28.02

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 22:38:45	Procurador	Certificado Digital



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
33.041.062/0001-09	TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS	28/02/2024 22:39:57	B8B8FAC9F62C565180426FC22BC543FB7C133C56

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
DRE - Traditio 12_2023

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 22:39:57	Procurador	Certificado Digital



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
33.041.062/0001-09	TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS	28/02/2024 22:43:43	AE2A487DE339C55EE2933C98E36F0F644150A2A0

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
DRA - Traditio 12_2023

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 22:43:43	Procurador	Certificado Digital



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
33.041.062/0001-09	TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS	28/02/2024 22:41:12	424B25CB687CC3571AA0CF019148E37E2904D104

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
DMPL - Traditio 12_2023

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 22:41:12	Procurador	Certificado Digital



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
33.041.062/0001-09	TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS	28/02/2024 22:42:38	906B3598D91C0ABB75F4532ADD4CC148E5D2FC4E

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
DFC - Traditio 12_2023

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 22:42:38	Procurador	Certificado Digital



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
33.041.062/0001-09	TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS	28/02/2024 22:48:13	3A2F0C4F0AB085EA386DF358C7754418E6202809

Notas Explicativas

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	-	Participante-Upload

Título
Notas Explicativas - Traditio - Dez.23

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 22:48:13	Procurador	Certificado Digital



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
33.041.062/0001-09	TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS	28/02/2024 22:50:49	C19E578E075C390A41250B0BACBDC1F693D9AC1A

Parecer dos Auditores Independentes

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	-	Participante-Upload

Título
Relatório de auditoria - 31.12.2023 TRADITIO

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 22:50:49	Procurador	Certificado Digital